

## Temática ambiental: uma referência para o ensino fundamental

ANAMARIA SILVEIRA\*

**Resumo:** O presente artigo aborda o processo educacional, entendendo que a Educação é um fenômeno extensivo a todos, pré-condição para o pleno exercício da cidadania. Aponta para a pouca prática da Educação Ambiental na escola pública, principalmente no que se refere ao ensino fundamental, alertando para os prejuízos que podem ocorrer decorrentes deste fato. O texto segue, mostrando a Educação Ambiental como proposta de educação, que visa contribuir para a resolução dos novos desafios colocados pelo desenvolvimento da humanidade. Continua reiterando a necessidade da adoção desta prática pelas unidades de ensino, mostrando que é urgente o envolvimento de todas as camadas sociais, escola e comunidade. Neste momento, discute o novo perfil do educador, tão necessário às transformações sociais. Finalizando, reflete a respeito dos desafios da Educação Ambiental: deve contribuir para a construção de novos modelos, que possam reforçar a luta contra a exclusão social.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Perfil do Educador; Cidadania.



\* ANAMARIA SILVEIRA é docente do Departamento de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Rondônia, campus de Ji-Paraná, Amazônia Brasileira. E-mail: [anasilveira40@hotmail.com](mailto:anasilveira40@hotmail.com)

## Introdução

A Educação é um legado, bem reservado a todos, produto e processo das ações humanas. Direito universal e pré-condição para o exercício da cidadania, tem sido negada a uma parcela imensa da comunidade mundial. A educação para todos, a cargo do Estado, se tornou discurso vazio, pois vivemos numa sociedade autoritária e hierarquizada, com diferenças sociais cada vez mais acentuadas.

Tarefa complexa discorrer sobre o tema, haja vista que o Brasil, no atual momento histórico-social, identifica-se por meio de alguns indicadores pouco louváveis, a exemplo da inanição, altos índices de desemprego e miserabilidade. Falta de acesso ao saber sistematizado e o analfabetismo, estão entre as mazelas que assolam o cenário nacional.

Ausência da Educação Ambiental, neste contexto, tem sido um agravante, causas de enormes fissuras socioambientais e expressivos danos às localidades.

A respeito do tema, Grun demonstra que não tem sentido separar a educação ambiental da educação formal. Ambas fazem parte de um mesmo processo, que deve dar conta das questões que estão ligadas ao cotidiano das pessoas. (GRUN, 1996: 99)

Para Ab'Saber (1998: 1-25 *passim*) a Educação Ambiental é um processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação de realidades, e que garante um compromisso com o futuro. Trata-se de um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual como coletivo. Sendo assim, a partir da década de 80, por recomendação da ONU (Organização das Nações Unidas), as questões ambientais passaram a ser incluídas nas escolas e instituições sociais encarregadas, portanto, de desempenhar o papel de

agentes ambientais, como uma alternativa para a educação tradicional.

O autor enfatiza a necessidade de incorporação da Educação Ambiental em todas as esferas da sociedade, como proposta de educação que visa contribuir para a resolução dos novos desafios colocados pelo desenvolvimento da humanidade, neste início de século. É fato que a manutenção dos elevados índices de pobreza e os baixos níveis de letramento socioambiental contribuem para a degradação e exploração predatória, que afetam o equilíbrio natural.

Bressan nos elucidava que

Totalidade, racionalidade e controle público são elementos decisivos para a estruturação de um modelo de gestão ambiental que seja capaz de reconhecer o meio natural em seu valor intrínseco e, ao mesmo tempo, em seu interesse para o progresso da sociedade humana. A materialização desta idéia depende da compreensão da natureza como um bem público e, como consequência, da capacidade do Estado e das organizações comunitárias de assumirem seus papéis de gestores do patrimônio natural num contexto de transformações sociais. Depende, igualmente, da identificação ou gestão de mecanismos científicos e tecnológicos que tenham como premissa o tratamento integral do espaço e seus ecossistemas, em consonância com a possibilidade de regulação do equilíbrio ecológico, tendo em vista cada contexto histórico. (BRESSAN, 1996: 135)

Fica evidente, desta forma, que “a preocupação está no desenvolvimento de um modelo de gestão ambiental que seja capaz de reconhecer o valor do patrimônio natural, sem esquecer o seu interesse no desenvolvimento da humanidade” (REIGOTA, 1994: 62).

O presente artigo propõe novos caminhos, na tentativa de despertar a conscientização dos jovens para a gravidade dos problemas ambientais. Os educadores têm sido unânimes, com relação à urgência em inserir a educação ambiental nos trabalhos cotidianos da educação formal. A necessidade de torná-la interdisciplinar é iminente, para que possa desempenhar papel relevante e, simultaneamente, motivador para os estudantes.

Neste sentido, uma proposta pedagógica voltada para a educação ambiental, aplicável no Ensino Fundamental das Escolas Públicas, criando agentes multiplicadores, se consolidada, há de se tornar, indubitavelmente, um dos pilares restauradores dos problemas socioambientais.

#### **Educação Ambiental no sistema educacional brasileiro**

O sistema educacional brasileiro, apesar do esforço de integração e implementação de propostas pedagógicas, e reestruturação básica da Escola pela Secretaria Estadual de Educação, permanece muito compartimentado, monodisciplinar, intelectualista e desvinculado da realidade. Tal modelo, certamente, não configura um contexto favorável para a inserção da dimensão da educação geral e especializada, cuja abordagem necessita ter um caráter interdisciplinar, aberta para a realidade local e orientada para a solução de seus problemas, como é a Educação Ambiental (Seara Filho, 2000: 287-303 *passim*).

Nessa linha de pensamento, a Educação Ambiental não se restringe à proposição do conhecimento das principais causas (sociais, econômicas e culturais) responsáveis pela deterioração do ambiente e à transmissão dos conhecimentos gerais e específicos

sobre os problemas ambientais, mas pede que todo conhecimento transmitido, seja a base para o início de aplicação de ações concretas. Deseja-se que ela possa instruir, transmitir conhecimentos específicos sobre o ambiente global, e sobre as inter-relações naturais e sociais que aí acontecem e, sobretudo, provocar atitudes de interesse imediato pela participação na tarefa de preservar, de desenvolver mudanças de comportamento do homem perante a natureza, suscitando nova consciência ecológica, associada a uma postura ética frente a essas questões.

Neste sentido, é clara a necessidade de que as escolas precisem adaptar seus programas e seu modo de relacionamento para com a comunidade, abrangendo, além dos especialistas, os cidadãos e os alunos para colaborarem na elaboração dos seus próprios programas. Aos professores, caberá a implantação de um novo e eficaz estilo de relacionamento junto aos alunos. Tornar-se-á necessário, a renovação nos conteúdos educativos – por meio dos quais a variável ambiental poderá permear todas as disciplinas escolares – e nos métodos de ensino, voltados ao maior desenvolvimento de trabalhos em equipes interdisciplinares, despertando a co-responsabilidade dos educandos.

Essa renovação exigirá do profissional da Educação, o abandono da postura de mero transmissor de conhecimentos, para se engajar e participar, junto aos alunos, de todo o processo de aprendizagem. Para que isso ocorra, é necessário e urgente que tais professores sejam preparados, treinados e capacitados antecipadamente, pois não se pode exigir deles uma alteração imediata, considerando a forma como foram preparados para educar. Como a Educação Ambiental é um tema recente,

acarreta certa dificuldade de ordem institucional, pedagógica e didática. Tais dificuldades, podem ser facilmente superadas com a conscientização e boa vontade política dos dirigentes. A Educação Ambiental oferece à escola, grande oportunidade de renovação, integrando as várias disciplinas escolares um projeto educativo de conjunto.

Nas palavras de Grün, a autonomia da escola é vista como um ideal, sendo ela um dos principais pressupostos que contribuem para a formação da base conceitual do currículo. (GRÜN, 1996: 99 seq.) Desta forma, como nos esclarece o autor, um currículo precisa proporcionar condições que permitam reconhecer as realidades de um ambiente amplo, problemático e limitado. Porém, não é isso o que ocorre pois, na epistemologia cartesiana, existe um observador que vê a natureza como quem olha uma fotografia. Existe um “eu” que pensa e uma coisa que é pensada; esta coisa, é o mundo transformando em objeto. O sujeito autônomo está fora da natureza, e a autonomia da razão é uma das principais causas que geram o antropocentrismo, um mito de extrema importância para a manutenção da crise ecológica. É necessário desenvolver nas escolas e nos educandos – especial ênfase –, uma consciência ecológica que, ao lado da democracia, possa estabelecer um padrão “digno” de vida para a humanidade.

Garcia, em seu artigo *Educação Ambiental, uma questão mal colocada*, aponta que

A consciência ecológica surgiu nos países do norte europeu e americano como reação à ação predatória dos homens e como decorrência das sociedades escolarizadas e informadas, nas

quais os cidadãos se posicionam criticamente em relação às questões que abalam a sociedade global. Nesses países, existe forte consciência e exercício de cidadania que se manifesta através de movimentos populares organizados, atuando e influenciando nos destinos do país e do mundo. (GARCIA, 1991: 101)

Há necessidade premente dessa consciência ecológica nas escolas brasileiras, para transformar a mentalidade dos jovens, conduzindo-os a um comportamento mais adequado quanto ao uso dos recursos naturais, tornando possível uma ação racional, capaz de atender às necessidades impostas pela sociedade. Os resultados de um movimento ecológico, dependem de uma consciência coletiva, que interfira diretamente na ação de cada sujeito, responsável pelos seus atos e pela preservação do seu ambiente. Também é preciso, como mostra o autor supracitado, entender a Educação Ambiental como participação política, que contribui para o exercício da cidadania no sentido de transformação social, além de aprofundar conhecimentos sobre as questões socioambientais. Esta prática, cria espaços participativos e desenvolve valores éticos, que recuperam a “humanidade” dos homens.

Lutzenberger coloca que

A solução para os problemas ambientais está na educação. [...] a ênfase da educação será não mais na direção do especialista estreito, reducionista, ignorante, fora de sua especialização e sem preocupação ética, mas na direção da cultura geral sólida, do horizonte científico e no sentido de responsabilidade difusa e inclusive como base para toda atividade humana. (LUTZENBERGER, 1980: 109)

Nessa linha de raciocínio, a Conferência de Tbilisi (1977) promoveu o reconhecimento da Educação Ambiental como um processo interdisciplinar, onde uma ou mais disciplinas se interessam pelo mesmo tema, representando mudanças de atitude frente à fragmentação do saber. Fazenda (1991: 79) abordou a interdisciplinaridade como “uma nova proposição, com novos objetivos e métodos de uma prática dialógica. Para tanto, faz-se necessária a eliminação das barreiras entre as disciplinas e entre as pessoas que pretendem desenvolvê-las”.

Assunção, a respeito da implantação da Educação Ambiental nas escolas, discorre sobre

a necessidade de uma interdisciplinaridade que resulte na orientação e rearticulação de diversas disciplinas e experiências educativas, que têm como objetivo facilitar a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação racional, capaz de atender às necessidades impostas pela sociedade. (ASSUNÇÃO, 1995: 222)

Franco oferece sua contribuição a respeito do tema, reiterando que

não pode ser mais uma matéria incorporada aos programas existentes, principalmente no Ensino Fundamental e Médio. Torna-se necessário levar adiante, uma discussão mais séria dessas questões e de seus fundamentos sociais, aprofundando com os alunos, em todas as disciplinas, os conceitos de “novo humanismo” e de desenvolvimento, evitando reduzi-los a modismos passageiros. (FRANCO, 1993: 97)

No passado, as pessoas eram menos dilapidadoras da natureza, mesmo porque seus recursos eram outros. Conforme as ferramentas científicas e

tecnológicas foram se aprimorando, o poder de agressão humana ao meio ambiente foi, também, se ampliando. Com o advento do capitalismo, criou-se uma sociedade desumanizadora, predatória, e inaugurou-se um novo padrão de sociabilidade. A desumanização, conforme afirma Santos (1996: 154), “decorre do uso das técnicas, que aumentam cada vez mais os espaços geográficos da fome e da miséria”. Nesse sentido, a fome, que não é apenas um fator biológico, deve ser analisada como um elo terminal de uma cadeia de relações sociais e ambientais injustas, que provocam as desigualdades, excluindo cada vez mais as pessoas e os grupos sociais do acesso aos bens materiais. Essas pessoas também são excluídas de um ambiente saudável, moradia, saúde, educação, emprego e remuneração digna.

Eis aí um grande desafio para a Educação Ambiental que, mergulhada nas relações sociedade-ambiente, deve contribuir para a construção de novos modelos que possam reforçar a luta contra a exclusão. Nesta mesma vertente, e seguindo a visão do educador Saviani (1996: 110), “a implantação de Educação Ambiental nas Universidades desempenhará, certamente, um papel importante através de seus docentes e pesquisadores”. A extensão universitária poderia ser o elo de ligação entre Universidade e Escola Pública, em atividades de planejamento, execução e avaliação de ações voltadas para a Educação Ambiental. Isto significa a articulação da Universidade com a sociedade e a socialização dos conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo em força viva, capaz de elevar o nível cultural da sociedade.

O presente ensaio propõe esta socialização através da difusão dos conhecimentos, em parceria com importantes centros de pesquisa e ensino na área ambiental, tais como o Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada, da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (CRHEA/EESC/USP).

### Considerações finais

A Educação Ambiental tem sido objeto de estudo, análise e reflexão entre educadores, pesquisadores e estudiosos preocupados e comprometidos para com a vida no planeta, muitas pesquisas já foram feitas, por diferentes autores que apontam um distanciamento entre a teoria e a prática da Educação Ambiental no âmbito escolar. Essa questão tem sido apresentada de forma teórica e superficial, com resultados insatisfatórios. Os professores da Escola Pública do Ensino Fundamental, na maioria das vezes, têm utilizado como instrumento de trabalho, apenas o livro didático que apresenta conteúdos já pré-elaborados, sem qualquer adaptação em relação aos aspectos ambientais locais. Com frequência, percebe-se uma lacuna entre teoria e prática, ocasionando um distanciamento entre o concebido teoricamente, o percebido e o aplicado.

Uma comunidade escolar pode buscar, nos avanços de vivência de sua clientela, os subsídios teóricos e práticos para uma nova concepção de vida e sociedade. A produção dos espaços, as questões ambientais e a finitude dos recursos do meio, exigem de cada um – políticos, dirigentes, educadores e educandos – uma reformulação nas concepções de escola e nas relações professor-aluno-comunidade.

A Educação Ambiental surge com este desafio: propor um novo olhar, que

valorize e dignifique o meio ambiente em todas as suas esferas. Entender que somos parte integrante deste sistema, exigirá postura diferenciada, pré-condição para a reversibilidade dos problemas socioambientais, tão explícitos na atualidade.

### Referências

- AB'SABER, A. N. *Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia*: questões de escala e método. CEPAL/IPEA. In: Seminar on Technology for Human Settlements in the Humid Tropics. 1998.
- ASSUNÇÃO, L. W. *A educação ambiental como um processo interdisciplinar*: uma experiência com a coleta de lixo na escola estadual Joaquim Saraiva. 1995. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.
- BRESSAN, D. *Gestão racional da natureza*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade*: Um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1991.
- FRANCO, M. C. *Educação Ambiental*: uma questão de ética. Campinas, Cadernos CEDES/PAPIRUS, 1993.
- GARCIA, R. L. *Educação Ambiental*: uma questão mal colocada. Cadernos CEDES, nº 29, 1993.
- GRÜN, M. *Ética e educação ambiental*: a conexão necessária. Campinas: Papirus, 1996.
- LUTZENBERGER, A. J. *Fim do Futuro?* Manifesto ecológico brasileiro. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, M. *Técnica-espaco-tempo*: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAVIANI, D. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo: Cortez, 1996.
- SEARA, F. G. *O que é Educação Ambiental*. In: CASTELLANO, E. G. et al. *Desenvolvimento sustentado*: desenvolvimento e estratégias. São Carlos: EESC – USP, 2000.